

A INDEPENDÊNCIA DO PODER JUDICIÁRIO E O CUMPRIMENTO DE METAS TEMPORAIS DE JULGAMENTO

Gerson Godinho da Costa
Juiz Federal
Mestre em Direito PUCRS
Professor de Direito Penal da ESMAFE/RS

RESUMO: O presente trabalho propõe investigar se o estabelecimento de metas temporais de julgamento, como ferramenta de administração da justiça, pode prejudicar a independência judicial. As decisões judiciais são topicamente construídas, dependendo de intensa reflexão acerca do objeto julgado. A questão tempo, embora relevante, não deve ser entronizada como objetivo último da atividade jurisdicional. Portanto, a criação de metas que estabeleçam prazos para julgamento dos processos não pode desconsiderar as particularidades do caso concreto, sob o risco de renúncia à independência judicial.

PALAVRAS CHAVE; Independência. Justiça. Duração Razoável. Processo. Metas.

SUMÁRIO: Introdução. 1 A Independência Judicial. 2 O Método de Elaboração das Decisões Judiciais. 3 A Razoável Duração do Processo. 4 As Metas Temporais de Julgamento. Conclusões.

INTRODUÇÃO

As metas temporais de julgamento apresentadas pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ têm sido publicamente celebradas como ferramentas importantes no enfrentamento do que se identifica como o mais destacado fator de descrédito do Poder Judiciário: a morosidade.

Contudo, apesar do otimismo inicial, plenamente justificável sob determinados aspectos, há motivos para repensar a utilização das metas. Não por que eventualmente não tenham sido alcançados alguns dos objetivos traçados, mas por que sua observância pode apresentar desdobramentos não inicialmente previstos, em flagrante prejuízo a preceitos de envergadura constitucional.

O presente trabalho, por conseguinte, tem por propósito debruçar-se sobre possível caracterização desse fenômeno, mais especificamente

investigar se o estabelecimento de metas temporais para o julgamento de processos pode interferir, de alguma maneira, na independência judicial.

Para tanto, inicialmente será exposta uma breve digressão sobre a independência judicial, mais detidamente nos contornos constitucionais do sistema jurídico brasileiro. A seguir, será examinado como se desenvolvem as decisões judiciais, partindo da oposição havida entre as noções de mediação silogística e concreção tópica. A questão da razoável duração do processo ocupará o capítulo seguinte, oportunidade em que serão discutidos seus delineamentos jurídicos. As orientações extraídas dos preceitos constitucionais da independência judicial e da razoável duração do processo, francamente atuantes no conjunto dos elementos que determinam a composição da decisão judicial, serão submetidas as metas temporais de julgamento, a fim de verificar se com elas estão compatibilizadas.

1 A INDEPENDÊNCIA JUDICIAL

A independência judicial constitui pressuposto de realização do estado democrático de direito¹. Não se concebe a democracia, na atual conjuntura política euro-americana², sem que, ao Poder Judiciário, seja garantida sua independência sob os aspectos administrativo e funcional³. Desde o momento em que o estado avocou para si a tarefa de compor os conflitos sociais, estabeleceu que o mister deveria ser exercido de forma independente, livre de constrangimentos, explícitos ou velados, e

¹ Conforme assevera Faccini: “um judiciário independente é um dos melhores indicadores da presença de uma democracia em determinado país” (FACCHINI NETO, Eugênio. O Poder Judiciário e sua Independência: uma abordagem de Direito Comparado. *Direitos Fundamentais & Justiça*. Porto Alegre, a. 3, n. 8, jul.-set./2009, p. 123).

² A utilização do termo não pressupõe qualquer juízo, apreciativo ou depreciativo, acerca do que se compreende como *euro-americano*, seja com relação aos modelos que se incluem nesse arquétipo, seja relacionado àqueles que lhe são alheios. Apenas mantém como paradigma a familiaridade de sistemas constitucionais que partilham parâmetros axiológicos aproximados.

³ José Afonso da Silva classifica como *garantias constitucionais de independência*: “(1) *garantias institucionais*, as que protegem o Poder Judiciário como um todo, e que se desdobram em *garantias de autonomia orgânico-administrativa e financeira*; (2) *garantias funcionais* ou de *órgãos*, que asseguram a independência e a imparcialidade dos membros do Poder Judiciário, previstas, aliás, tanto em razão do próprio titular mas em favor ainda da própria instituição” (SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. 29. ed. São Paulo: Malheiros, 2007, p. 588).

de intervenções de conteúdo político, econômico, religioso ou moral. A consolidação da independência judicial exige, pois, a adoção de garantias constitucionais que preservem a atuação emancipada dos magistrados no exercício da judicatura, senão os resguardando completamente de ingerências inconvenientes, pelo menos minimizando seus efeitos.

Diretamente voltadas à atuação profissional do juiz, as medidas de resguardo em verdade têm por objetivo assegurar a independência do Poder Judiciário. São concebidas não como privilégios à pessoa investida no cargo, mas como instrumentos de proteção do seu exercício independente. No Brasil, a Constituição Federal trata de explicitar três garantias (art. 95): (a) a vitaliciedade, (b) a inamovibilidade e (c) a irredutibilidade de vencimentos.

A eventualidade de uma decisão desagradar determinados segmentos sociais pode fazer com que os insatisfeitos, embora inatacável a decisão sob o aspecto jurídico, possam investir contra o juiz que a proferiu. A possibilidade de afastamento do cargo poderia conduzir o juiz a adotar soluções condizentes não com as exigências do sistema jurídico, mas em atenção aos interesses daqueles setores influentes. Daí a justificativa do instituto da vitaliciedade. Desde que vindimado objetivamente do sistema, o encaminhamento judicial determinado, em desfavor deste ou daquele segmento, o juiz tem a garantia de permanência no cargo.

A inamovibilidade complementa a garantia anterior. Além de inequívoco o alijamento do cargo, é facultado ao juiz permanecer atuando perante a comunidade onde suas decisões são proferidas. A probabilidade de que os segmentos sociais insatisfeitos, conquanto impossibilitados de afastar o juiz do cargo, reivindicassem sua remoção para outro local, resta inviabilizada. Não houvesse a garantia em questão, o risco de seleção indireta de juízes seria factível, posto que às comunidades seria autorizada a pretensão de afastar os julgadores cujas decisões fossem incompatíveis com os interesses comunitários.

Por fim, a irredutibilidade de vencimentos tem por escopo assegurar a atuação desenvolvida do magistrado, assegurando-lhe certa previsibilidade e comodidade financeira. Não seria difícil submeter o juiz às pressões acaso, uma vez não harmonizadas suas decisões aos interesses prevalentes, pudessem esses determinar a redução de seus subsídios⁴.

⁴ Garantia essa que, outrossim, é assegurada aos servidores públicos em geral (art. 37, inciso XV, da Constituição Federal – CF) e, excetuada a possibilidade de convenção ou acordo coletivo, aos trabalhadores da iniciativa privada (art. 7.º, inciso VI, da CF).

As garantias antes descritas, no entanto, não são absolutas. Admitem exceções, as quais evidenciam que são antes erigidas como condição da independência judicial do que como privilégios da pessoa do magistrado. Assim, o juiz pode ser afastado do cargo por determinação judicial transitada em julgado em situações plenamente justificadas quando, v.g., comprovada atuação criminoso (art. 95, inciso I, *in fine*, da CF). Também o juiz pode ser removido para exercer sua jurisdição em outros limites, mormente quando seus desacertos com a comunidade local depreciam a própria imparcialidade (art. 93, inciso VIII, da CF). Já a redução de vencimentos, em tese, é incontornável. Mas, na prática, não é o que sucede. A situação econômica brasileira, historicamente acompanhada de fenômenos inflacionários que acarretam o desgaste do valor aquisitivo da moeda, termina por desvalorizar nominalmente os vencimentos, no mais das vezes não recompostos em sua integralidade⁵.

Impende considerar, outrossim, que a independência judicial consequentemente assegura a imparcialidade do magistrado⁶. Ocorre que este conceito é constitucionalmente vigorado. Porém, ao invés de se manifestar por prerrogativas, a imparcialidade é cultivada pela imposição de restrições. A respeito o parágrafo único do art. 95 da CF estabelece

⁵ Registre-se, a propósito, que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal – STF assegura a irredutibilidade nominal, não havendo proteção específica contra as investidas inflacionárias (ADI 2.075 MC, Tribunal Pleno, Rel. Min. CELSO DE MELLO, julg. 07/02/2001, D.J.U. 27/06/2003, p. 28). A garantia de recomposição anual prevista na CF (art. 37, inciso X, com redação determinada pela Emenda Constitucional – EC n. 19/98) tem obtido escassa aplicação, conforme evidenciam as políticas governamentais que têm se orientado pela reestruturação das carreiras públicas. De outro lado, a discussão sobre a propriedade dos índices ou mesmo a oportunidade política de reajuste tem prejudicado a recomposição, o que, de resto, configura omissão que aflije a totalidade dos servidores públicos.

⁶ José Afonso da Silva distingue as *garantias de independência* das *garantias de imparcialidade*. Aquelas são exatamente a vitaliciedade, a inamovibilidade e a irredutibilidade de vencimentos, enquanto estas “aparecem, na CF, sob forma de *vedações* aos juízes, denotando restrições formais a eles. Mas, em verdade, cuida-se aí, ainda, de proteger a sua independência e, consequentemente, do próprio Poder Judiciário” (*ob. cit.*, p. 591). Embora tecnicamente distintas as figuras em questão, fato é que o conceito de imparcialidade pressupõe a independência do juiz. Sem embargo, dispensadas maiores digressões, tão-somente para efeitos de compreensão do presente ensaio, a imparcialidade sempre pressuporá a independência. Sua menção neste texto, portanto, envolve necessariamente a noção de independência judicial.

vedações (a) de exercício de outro cargo ou função, ainda que em disponibilidade, salvo uma de magistério, (b) de recebimento de custas ou participação em processo, a qualquer título ou pretexto, (c) de dedicação à atividade político-partidária, (d) de recebimento, a qualquer título ou pretexto, de auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas, ressalvadas as exceções previstas em lei, e (e) de exercício, por tempo determinado, de advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou.

Em regra, quando do tratamento da independência e da imparcialidade, são destacados casos ou hipóteses de ingerências políticas, econômicas, religiosas ou sociais externas à atuação do Poder Judiciário⁷. Todavia, as garantias em comento também têm por objetivo resguardar os magistrados de outras possíveis intromissões.

Cogita-se então de três subtipos de independência: a *externa*, a *interna* e a *psicológica*⁸. A primeira foi tangenciada anteriormente, estando relacionada à necessidade de salvaguardar as decisões judiciais de condicionamentos extrínsecos. Na segunda, o enfoque é na relação entre magistrado singular e integrantes de colegiados e entre estes e órgãos colegiados superiores, ou seja, o propósito é acautelar os magistrados de instâncias inferiores de interferências de componentes de instâncias superiores, quando do exercício da atividade jurisdicional⁹. Por fim, a

⁷ Faccini, *ob. cit.*, p. 125.

⁸ Faccini, *ibid.*, p. 125 *et. seq.*

⁹ Deve ser excepcionada a possibilidade de reexame da matéria por intermédio do instrumento processual apropriado, de que são exemplos, por excelência, os recursos. A possibilidade de reforma não decorre de intromissão indevida. Procede da necessidade de dispor o sistema processual de mecanismos habilitados a corrigir eventuais equívocos da decisão recorrida. É insito ao estado democrático de direito, e predisposição legislativa das competências estabelece a natural possibilidade de alteração das decisões. A independência é atingida quando exigida ou sugerida alguma decisão ao magistrado, enquanto a reforma derivada de recurso sucede por obra dos juízes incumbidos do julgamento deste. Porém essa independência tem caráter jurisdicional. Quanto às questões administrativas há hierarquia, devendo ser observadas normativas estabelecidas, exemplificativamente, pelas corregedorias, presidências, plenários, etc., e de forma mais recente, pelo CNJ. Como a garantia da independência constitui pressuposto de julgamento imparcial, erigida em benefício da coletividade e não da pessoa do juiz, somente restará prejudicada se o exercício da hierarquia administrativa alcançar indevidamente a jurisdição.

independência psicológica visa assegurar a incoercibilidade judicial com relação a temperamentos inculcados pela opinião pública ou por fatores morais ou ideológicos sectários.

Em situações concretas pode ser ineliminável a distinção teórica antes operada. Em casos de especial relevância, o juiz pode ser premido por ações externas, internas e da opinião pública, embora todas manifestadas por um único canal. Assim, exemplificativamente, na iminência de decidir sobre a viabilidade da candidatura de célebre político, o magistrado sujeito a abordagens de seus colegas mais antigos na carreira, todas elas refletindo as apreensões dos pares do candidato ou da comunidade que lhe empresta supedâneo eleitoral.

Entretanto, a constrição pode não ocorrer de forma direta ou explícita. Também pode não estar relacionada ao encaminhamento da questão colocada sob julgamento, indicando que o juiz deva julgar desta ou daquela forma. É possível que se apresente por outros meios, como na hipótese de ao magistrado ser sugestionado retardar o julgamento. Igualmente parece correta a suposição de que a independência judicial possa ser afetada por medidas oblíquas, que inicialmente nem lhe concernem, em virtude da imprevisibilidade de seus efeitos. A irrefletida exigência de celeridade processual pode ser apontada como tal. A demora judicial certamente é indesejável. Porém, a imposição de que o juiz deva cumprir prazos não condizentes com as particularidades da questão submetida a julgamento também pode comprometer sua independência.

2 O MÉTODO DE ELABORAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS

Mesmo com todas as providências incorporadas no sistema jurídico pátrio para fins de preservação da independência judicial, é inviável cogitar de integral blindagem do juiz. Constatação, aliás, que não é de todo indesejável.

A independência, conduzida às últimas consequências, traduz o arquétipo do magistrado encastelado, apartado da realidade, atento apenas a abstrações e infenso a considerações de matriz cultural. Essa construção despreza o fato de que o juiz é inequivocamente produto de algum ambiente cultural, sujeito a inúmeras variáveis contextuais. Sempre haverá,

em alguma escala, interação entre o juiz e o seu ambiente¹⁰. Enquanto produto de influxos culturais que moldaram sua formação, seja dito de passagem, é improvável que o julgador disponha da capacidade usual de sobrepor-se à realidade vivenciada. Nesse campo, a hermenêutica jurídica tem evidenciado que a aplicação do direito está sujeita à articulação, ainda que inconsciente, de conceitos prévios que se imiscuem na elaboração da resposta judicial¹¹.

Por outro lado, há, evidentemente, limitações ao exercício da independência. Não se identifica ela com autocracia. Essa distinção orienta sobremaneira o sistema processual, o qual dispõe de ferramentas aptas a impedir o exercício da atividade jurisdicional apartado das orientações do ordenamento jurídico¹².

Mas se independência não se confunde com autocracia, de resto se distingue da atuação judicial automática, ancorada única e exclusivamente em regras positivadas. Ou seja, ainda que a resposta jurisdicional não encontre espeque literal em alguma regra legislativa, não significa que se esteja tratando de decisão arbitrária. Necessita ela, sim, amparar-se no sistema jurídico, noção abrangente que extravasa os estreitos limites das regras legais.

Para os partidários da fonte unitária, os quais preconizam que o direito desenvolve-se apenas a partir das prescrições legais, pela aplicação do método silogístico, a independência do juiz somente se exerce no

¹⁰ Consoante Faccini, “não é possível falar em independência em termos absolutos, uma vez que é impossível imaginar um segmento social que possa estar completamente desvinculado de contatos com o próprio ambiente em que opera, com o qual interage, influencia e é influenciado” (*ob. cit.*, p. 124).

¹¹ São naturais as influências e percepções individuais no ato de aplicação da norma. Faz parte da inescapável exigência hermenêutica. O juiz é produto do seu meio e inevitavelmente adota posições políticas. Mesmo a opção singela pela aplicação irrefletida de uma regra positiva sobre o caso concreto implica uma opção política conforme os interesses que sustentam o sistema positivo.

¹² Compreendido como o plexo de orientações vertidas por intermédio de princípio e regras como espécies do gênero norma jurídica (ALEXY, Robert. *Teoría de los Derechos Fundamentales*. Reimp. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2002, *passim*). Os recursos, por exemplo, possibilitam a revisão das decisões que se mostram encobertas por algum tipo de arbitrariedade, ou seja, não amparadas em algum princípio e/ou regra jurídica.

âmbito da apreciação das provas. Se ao sujeito se imputa uma conduta que se enquadra num tipo penal qualquer, incumbirá ao magistrado examinar os elementos probatórios acerca da autoria e materialidade para, ao final, condenar ou absolver o réu. Segundo essa visão, a independência judicial não autoriza ao juiz certificar-se, v.g., que o tipo penal em questão afronta claramente dispositivos constitucionais, ou até mesmo cogitar de respostas jurisdicionais não decorrentes da literalidade da regra¹³.

Entretanto, essa metodologia exprime com muito pouca exatidão a funcionalidade do direito¹⁴. A prodigalidade das situações fáticas

¹³ Ao *juiz automático*, repetidor das palavras da lei, é impensável reconhecer a inconstitucionalidade de dispositivos da Lei n. 8.072/90 que trata dos crimes hediondos, como admitiu o Supremo Tribunal Federal – STF, assim revertendo sua anterior jurisprudência (HC 82.959, Tribunal Pleno, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, julg. 23/02/2006, D.J.U. 01/09/2006, p. 18) ou mesmo cogitar a aplicação do princípio da insignificância em certas situações penais, como amplamente consagrado na jurisprudência (AP 439, Tribunal Pleno, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, julg. 12/06/2008, D.J.U. 12/02/2009, p. 37). Nesta hipótese, colhe-se o seguinte excerto do voto de revisão proferido pelo Ministro Gilmar Mendes: “A finalidade do Direito Penal é justamente conferir uma proteção reforçada aos valores fundamentais compartilhados culturalmente pela sociedade. Além dos valores clássicos, como a vida, liberdade, integridade física, a honra e a imagem, o patrimônio etc., o Direito Penal, a partir de meados do século XX, passou a cuidar também do meio ambiente, que ascendeu paulatinamente ao posto de valor supremo das sociedades contemporâneas, passando a compor o rol de direitos fundamentais ditos de 3.ª geração incorporados nos textos constitucionais dos Estados Democráticos de Direito. Parece certo, por outro lado, que essa proteção pela via do Direito Penal justifica-se apenas em face de danos efetivos ou potenciais ao valor fundamental do meio ambiente; ou seja, a conduta somente pode ser tida como criminosa quando degrade ou no mínimo traga algum risco de degradação do equilíbrio ecológico das espécies e dos ecossistemas. Fora dessas hipóteses, o fato não deixa de ser relevante para o Direito. Porém, a responsabilização da conduta será objeto do Direito Administrativo ou do Direito Civil. O Direito penal atua, especialmente no âmbito da proteção do meio ambiente, como *ultima ratio*, tendo caráter subsidiário em relação à responsabilização civil e administrativa de condutas ilegais. Esse é o sentido de um Direito Penal mínimo, que se preocupa apenas com os fatos que representem graves e reais lesões a bens e valores fundamentais da comunidade”.

¹⁴ Esse modelo está inserto no que descreve Boaventura como “cultura normativista, técnico-burocrática, assente em três grandes ideias: a autonomia do direito, a ideia de que o direito é um fenômeno totalmente diferente de tudo o resto que ocorre na sociedade e é autônomo em relação a essa sociedade; uma concepção restritiva do que é esse direito ou do que são os autos aos quais o direito se aplica; e uma concepção burocrática ou administrativa dos processos” (SANTOS, Boaventura de Souza. *Para uma Revolução Democrática da Justiça*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008, p. 68).

demonstra que esse modelo, supostamente impregnado de certeza e segurança¹⁵, é inábil para justificação das diversas respostas preconizadas pelo direito¹⁶. Dentre as reconhecidas disfunções cabe destacar a ausência de regras sobre determinada situação fática (lacunas), a multiplicidade de regras para o mesmo fato (antinomias), as incontornáveis deficiências de algumas manifestações legislativas (injustiças ou inconstitucionalidades manifestas) e a equivocidade dos termos jurídicos que compõem as regras (hermenêutica jurídica)¹⁷.

¹⁵ Fruto de período histórico cuja estrutura filosófica cartesiana já se encontra superada. A propósito, a esclarecedora ponderação de Boaventura: “A ideia de que não conhecemos do real senão o que nele introduzimos, ou seja, que não conhecemos do real senão a nossa intervenção nele, está bem expressa no princípio da incerteza de Heisenberg: não se podem reduzir simultaneamente os erros da medição da velocidade e da posição das partículas; o que for feito para reduzir o erro de uma das medições aumenta o erro da outra. Este princípio, e, portanto, a demonstração da interferência estrutural do sujeito no objeto observado, tem implicação de vulto. Por um lado, sendo estruturalmente limitado o rigor do nosso conhecimento, só podemos aspirar a resultados aproximados e por isso as leis da física são tão-só probabilísticas. Por outro lado, a hipótese do determinismo mecanicista é inviabilizada uma vez que a totalidade do real não se reduz à soma das partes em que a dividimos para observar e medir. Por último, a distinção sujeito/objeto é muito mais complexa do que à primeira vista pode parecer. A distinção perde os seus contornos dicotômicos e assume a forma de um *continuum*” (SANTOS, Boaventura de Souza. *Um Discurso sobre as Ciências*. 14.ed. Porto: Afrontamento, 2003. p. 17). Acerca do dismantelamento do paradigma da certeza e segurança, afirma Ruth Gauer: “A premente necessidade de relativizar a verdade e vincular a análise a um pensamento heterotópico, não consensual, permitiria uma maior visibilidade da crise em que estamos todos envolvidos. Esses temas não se encontram necessariamente juntos. Eles podem aparecer no desespero epistemológico, no relativismo, entre outros lugares. O certo é que a sociedade já não consegue ser explicada pelo positivismo e pelo determinismo racionalista. Não há preparação para lidar com o erro, com as impurezas, só podemos pensar nelas como possibilidade de nos imunizarmos” (GAUER, Ruth Maria Chittó. Da Diferença Perigosa ao Perigo da Igualdade: reflexões em torno do paradoxo moderno. *Civitas – Revista de Ciências Sociais*. Porto Alegre, v. 5, n. 2, 2005, p. 404).

¹⁶ Conforme salienta com propriedade Karl Larenz: “A problemática do procedimento silogístico referido reside principalmente, como desde há muito se reconheceu, na correta constituição das premissas, especialmente da premissa menor. No que respeita à premissa maior, não se pode, decerto, admitir que possa ser retirada simplesmente do texto da lei. Ao invés, toda lei carece de interpretação e nem toda a proposição jurídica está, de modo algum, contida na lei” (LARENZ, Karl. *Metodologia da Ciência do Direito*. 2. ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2000, p. 326).

¹⁷ ALEXY, Robert. *Teoria da Argumentação Jurídica*. São Paulo: Landy, 2001, p. 17.

Essas insuficiências, que a título de reparo exigirão do juiz mecanismos que as suplantem, evidenciam que o magistrado é intérprete dos textos legais, e, a partir deles, em conjunto com outros vetores, como os princípios jurídicos, constrói soluções para os casos concretos que lhe são afetados. Assim, praticamente toda e qualquer resolução judicial exigirá do julgador exame detalhado do contexto fático e jurídico para então extrair do sistema a solução para a controvérsia¹⁸. E é essa solução que constituirá a norma do caso concreto¹⁹.

A atuação jurisdicional, portanto, não é mecânica ou automática. Pressupõe observação de fatos e eleição de argumentos para construção da melhor solução jurídica. Mesmo nas hipóteses de demandas reconhecidas como repetitivas²⁰, sem embargo da aceitação da resposta jurídica

¹⁸ É imprescindível que o juiz examine o contexto fático e jurídico. Por isso, o magistrado não meramente repete súmulas ou textos legais. A análise do contexto é imprescindível. De acordo com Lênio Streck, “é o **contexto de uso** que determina o sentido de um texto (...) Há que se entender, portanto, que enunciados (pautas gerais) *escondem o aparecer da singularidade dos casos (situação concreta)*. Uma pauta geral, nas suas mais variadas formas, aplicada objetivamente, leva ao *obscurecimento da singularidade do caso*. É nesse exato sentido a lição de Gadamer, comentando a atualidade hermenêutica da filosofia prática aristotélica: um saber geral que não saiba aplicar-se à situação concreta permanece sem sentido e até ameaça obscurecer as exigências concretas que emanam de uma determinada situação” (STRECK, Lenio Luiz. *Súmulas, Vaguezas e Ambiguidades: necessitamos de uma “teoria geral dos precedentes”?* *Direitos Fundamentais & Justiça*. Porto Alegre, a. 2, n. 5, out.-dez./2008, p. 171).

¹⁹ Assevera Humberto Ávila que as normas “não são textos nem o conjunto deles, mas os sentidos construídos a partir da interpretação sistemática de textos normativos”. Em consequência “os dispositivos se constituem no objeto da interpretação; e as normas, no seu resultado”. O resultado dessa percepção já demonstra que a norma, enquanto construção erigida para solução do caso concreto não se identifica com os textos ou dispositivos legais. Nessa linha, inclusive, é possível haver norma, sem que haja dispositivo. Prossegue Ávila afirmando que “não há correspondência biunívoca entre dispositivo e norma – isto é, onde houver um não terá obrigatoriamente de haver o outro”. Não havendo plena identificação, a interpretação jurídica não se resume à mera descrição ou esclarecimento, mas constitui a norma para solução do caso concreto. Com efeito, “a interpretação não se caracteriza como um ato de descrição de um significado previamente dado, mas como um ato de decisão que *constitui* a significação e os sentidos de um texto” (ÁVILA, Humberto. *Teoria dos Princípios*: da definição à aplicação dos princípios jurídicos. 3.ed. São Paulo: Malheiros, 2004. p. 22 *et. seq.*).

²⁰ Aquelas que pela identidade de causa de pedir e pedido, demandam soluções jurídicas semelhantes, por vezes com fundamento em precedentes judiciais, jurisprudência consolidada e súmulas, as quais inclusive poderiam ser solvidas por intermédio de ações coletivas.

previamente encaminhada, é necessário examinar se os pressupostos fáticos nela são enquadráveis.

Não configura cautela demasiada reiterar que o juiz não atua arbitrariamente. A solução do caso concreto não deve ser materializada a partir de subjetivismos parciais. Mas tampouco é obtida de uma regra específica, completa e incontestável. Do sistema jurídico o juiz extrai diversas soluções, e a opção por uma delas pressupõe exposição dialética de argumentos, reflexão e escolha fundamentada daquela que se apresente como a mais adequada²¹.

Essa sequência lógica para elaboração da resposta jurídica naturalmente demanda tempo. Esse fator, por conseguinte, deve ser considerado na avaliação da atividade jurisdicional. É equivocado compará-la com funções outras ontologicamente distintas²². O interstício necessário à adequada condução da atividade jurisdicional, portanto, não condiz com

²¹ A respeito, salienta Ávila que “interpretar é construir a partir de algo, por isso significa *reconstruir*: a uma porque utiliza como ponto de partida os textos normativos, que oferecem limites à construção de sentidos; a duas, porque manipula a linguagem, à qual são incorporados *núcleos de sentidos*, que são, por assim dizer, constituídos pelo uso, e preexistem ao processo interpretativo individual” (ob. cit., p. 25). Conquanto não se cogite de certezas absolutas – exigência de precisão científica que, como visto, encontra-se obsoleta –, por outro lado não se atua completamente livre de parâmetros. A atividade jurisdicional é balizada por determinados consensos hermenêuticos extraídos do sistema jurídico. Como adverte Lênio Streck: “A formação de significados de significantes depende de uma série de circunstâncias, todas exsurgentes da faticidade, enfim, da *applicatio*. Em que circunstâncias uma situação jurídico-concreta é enquadrável na lei, na súmula ou ‘no’ julgamento ‘que serve de leading case’? Em qualquer hipótese, estamos lidando com um texto, ao qual deve ser atribuído um sentido, que só pode ser feita a partir do caso concreto. Isso significa afirmar, com veemência, que a escolha de um grau de generalização exsurgente dessa situação não pode ser fruto de ‘escolhas subjetivas’ do intérprete” (ob. cit., p. 175). E, ao final, arremata o escritor: “É desse modo que se constrói o direito. Sem exatidões, mas com respostas adequadas, fulcradas na reconstrução da cadeia de julgamentos anteriores e na opinião da doutrina acerca daquela espécie de casos” (ibidem, p. 179).

²² Na atual conjuntura de consumismo desenfreado e satisfação imediata de desejos, a impressão é que se pretende comparar a atividade jurisdicional à mera aquisição de um bem qualquer ou a contratação de um serviço. Nunca é demais recordar que o pressuposto da atividade judicial, excetuadas as hipóteses de jurisdição voluntária, pressupõe controvérsia, litígio, enquanto o consenso havido num contrato de compra e venda entre os pactuantes é a base do negócio. São motivações distintas que reivindicam tratamentos também diferenciados.

a noção que se satisfaz com o magistrado mero reproduutor irrefletido de regras positivas, súmulas ou precedentes judiciais.

A composição da solução jurídica, com maior ou menor intervenção das partes²³, quase sempre pressuporá atividade reflexiva. E esse processo de elaboração envolve dispêndio de tempo, cuja extensão dependerá das circunstâncias, por que, sobretudo, é indispensável o exame pormenorizado das questões fáticas e premissas jurídicas correspondentes.

Na medida em que a independência judicial visa assegurar julgamentos imparciais, os quais se consolidam com o exame minucioso e detalhado da questão submetida ao juízo, decerto que se cogita de afronta a essa mesma independência quando prejudicada a análise detida do caso. E para que se atribua essa qualidade à análise, invariavelmente há de se contar com o fator tempo. É natural que esse tipo de averiguação exija o transcurso de alguma fração temporal. Investidas diretas contra o tempo, certamente perturbam a análise qualitativa, assim hostilizando, ainda que reflexamente, a independência judicial. Por esse motivo as metas temporais de julgamento devem ser filtradas com a finalidade de obstar quaisquer censuras à independência judicial. Filtragem essa que inclusive já sucede quando reclamada a incidência genérica dos combalidos preceitos temporais contidos nos diplomas processuais²⁴.

²³ É sempre almejada a maior intervenção possível das partes como mecanismo de fundamentação democrática do Poder Judiciário. A propósito do assunto: COSTA, Gerson Godinho da. O princípio constitucional do contraditório como pressuposto de legitimação da atividade jurisdicional. In: HIROSE, Tadaaqui; SOUZA, Maria Helena Rau de. *Curso Modelar de Direito Processual Civil*. São Paulo: Conceito, 2011, p. 14 *et. seq.*

²⁴ O Código de Processo Civil estabelece prazos peremptórios para o juiz proferir despachos e decisões (art. 189), assim como o Código de Processo Penal (art. 800), enquanto que a Lei Orgânica da Magistratura Nacional – LOMAN (Lei Complementar n. 35/1979), prescreve como dever do magistrado, dentre outros, o de “não exceder injustificadamente os prazos para sentenciar ou despachar” (sem grifo no original). Apenas a título exemplificativo, estando em questão o direito de liberdade, admitiu o Superior Tribunal de Justiça que o excesso de prazo deve ser apreciado “com base em um juízo de razoabilidade” (HC 101.716, Quinta Turma, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, julg. 14/10/2008, D.J.E. 24/11/2008). Situação bastante ilustrativa sucede quando “justificado o excesso de prazo, uma vez que não provocado pelo Juiz ou pelo Ministério Público, mas pela Defesa do Paciente que desde o início da instrução busca retardar o encerramento do feito, com inúmeros incidentes procrastinatórios, desprovidos de finalidade, cujo escopo era

É injustificável que o juiz dispense anos para julgar uma causa, ainda que o fossem necessários para amadurecimento de determinada posição²⁵. Mas, no andamento regular do processo, o juiz pode entender que seja preciso inquirir novamente uma testemunha, ou alguma outra que lhe foi referida, para firmar sua convicção. É possível que o juiz se depare com nova doutrina ou precedente que exija estudo mais acurado sobre determinado instituto jurídico, não devendo simplesmente desconsiderar a possibilidade de apresentar um encaminhamento processual da lide antes impensado. Essas medidas – diligências probatórias ou estudo aprofundado –, imprescindíveis para exame imparcial do caso, sem qualquer indicativo de que sejam meramente protelatórias, podem determinar o descumprimento de prazo previsto em lei ou em metas temporais.

Se não há justificativa para que as questões dormitem durante meses ou mesmo anos aguardando uma decisão judicial, de outro lado não há fundamento para a exigência de decisões imediatas e irrefletidas pela premência de cumprimento de algum prazo²⁶. Isso afeta, inequivocamente, a independência do julgador.

apenas tumultuar a apreciação da verdade e, consequentemente, a conclusão do processo” (HC 88.573, Quinta Turma, Rel.^a Min.^a LAURITA VAZ, julg. 21/10/2008, D.J.E. 10/11/2008). Nesse contexto, Boaventura de Souza Santos intuiu com acerto sobre a necessidade de distinguir a morosidade sistêmica da morosidade ativa. Aquela decorre das imperfeições do sistema processual e da própria administração judicial, enquanto esta, da atuação deliberada do juiz em atrasar os julgamentos (*ob. cit.*, p. 42 *et. seq.*). Pois no caso da segunda, mais do que a exigência de cumprimento de metas temporais, a incúria deve ser avaliada no plano das responsabilizações civil, administrativa e criminal.

²⁵ Decerto algumas pessoas modificam suas opiniões ao longo da vida, mormente a respeito de questões relevantes e polêmicas como o aborto ou a pena de morte. É possível que o juiz se posicione a favor, e, após algum período, contra, para finalmente deliberar sobre a viabilidade jurídica de um ou de outro. Mas ainda que mutáveis suas opiniões, espera-se posturas deliberativas em determinados momentos, ainda que para sua formação seja necessária a elaboração de argumentos que juridicamente a sustentem. Traduzindo, é razoável que os ministros da Corte Suprema dispensem um intervalo para formação de suas respectivas convicções a respeito da possibilidade de interrupção da gestação de feto anencefálico, como sucede no julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental – ADPF 54. O que se mostraria inadmissível seria algum dos ministros afirmar que sua convicção acerca do tema estaria definitivamente formulada apenas por ocasião de sua aposentadoria compulsória.

²⁶ Não se enquadram na assertiva as questões urgentes por natureza, como certos pedidos de antecipação de tutela. O juiz deve estar preparado para decisões que envolvam tirocínio rápido como aquelas relacionadas à intimação da parte que corra risco de vida.

A incompreensão dessa realidade, ainda calcada na vetusta e ultrapassada fórmula de que o juiz apenas repercute os termos da lei, e atualmente também de súmulas e precedentes, autoriza a concluir que o magistrado se equipara a um singelo – quiçá dispensável – componente no modelo de produção industrial. Para esse raciocínio, já que a atividade judicial se limita à invocação irrefletida da lei, súmulas e precedentes para solução do caso concreto, a produtividade do magistrado é mensurada quantitativa e não qualitativamente.

Insta ressaltar que o sistema judiciário não acena, para toda e qualquer hipótese, com julgamentos rápidos. O que preconiza a Constituição é a razoável duração do processo. Obviamente, esse termo é passível de interpretações, mas já sinaliza, pela sua própria redação, para a inconveniência de definições temporais genéricas. Cem dias pode ser razoável para o julgamento de demanda que tramite nos juizados especiais, mas possivelmente não o será no caso de uma complexa ação penal, que envolva dezenas de réus e diversas imputações. Destarte, na eventualidade de eleição universal desse prazo para julgamento dos processos, desatendendo às diferentes características dos casos concretos, restará eliminada, em alguns deles, a possibilidade de julgamentos ponderados, em flagrante prejuízo à imparcialidade e, via de, à independência judicial.

3 A RAZOÁVEL DURAÇÃO DO PROCESSO

A inscrição do princípio da razoável duração do processo na Constituição Federal não configura ineditismo brasileiro. Constava já da Convenção Europeia para Salvaguarda dos Direitos do Homem²⁷ e, posteriormente, foi inscrita na Convenção Americana de Direitos do Homem (Pacto de Santo José da Costa Rica)²⁸. Ainda assim, sua inclusão no texto expresso da Carta Constitucional, para além de consagrar princípio implícito decorrente da aplicação do *due process of law* (art. 5.º, incisos

²⁷ TAKOI, Sérgio Massaru. A luta pela razoável duração do processo (efetivação do art. 5.º, LXXVIII, da CF/1988). *Revista de Direito Constitucional e Internacional*. São Paulo, a. 18, n. 70, jan.-mar./2010, p. 227.

²⁸ ASSIS, Araken de. Duração razoável do processo e reformas da lei processual civil. *Revista Jurídica*. Porto Alegre, a. 56, n. 372, out./2008, p. 12.

LIV e LV) ou preceito cuja observância decorre de tratado (§ 2.º do art. 5.º), consagra-lhe o status de direito fundamental, por conta de sua atual disposição topológica no rol do art. 5.º (inciso LXXVIII, incluído pela Emenda Constitucional n. 45/2004).

Por decorrer do princípio do *due process of law*²⁹, ao contrário do que leitura impaciente possa transmitir, o preceito em questão é oponível não somente pelo autor, prejudicado com a injustificada demora na tramitação da demanda, como também pelo réu alcançado por medida judicial antecipatória constritiva³⁰. O denunciado em processo penal, assumidamente inocente, tem interesse na celeridade do julgamento, circunstância que evidencia que a duração razoável igualmente não se restringe aos processos de natureza cível. Ademais, a projeção de deslinde do processo em tempo razoável pode extravasar os interesses de partes perfeitamente individualizadas, especialmente nos casos cuja definição afete interesses coletivos ou difusos, como nas hipóteses de ações civis públicas ou populares.

Outro desdobramento assaz relevante por conta da estreita vinculação da razoável duração do processo com o *due process of law* é que a efetividade requer a adoção de medidas ponderadas, adequadas e pro-

²⁹ Takoy, *ob. cit.*, p. 229. Há ainda que se mencionar a estreita vinculação entre a efetividade da tutela jurisdicional e a duração razoável do processo (MARINONI, Luiz Guilherme. Direito fundamental à duração razoável do processo. *Revista Jurídica*. Porto Alegre, v. 57, n. 379, mai./2009, p. 11/12). Com efeito, somente haverá tutela jurisdicional efetiva quando mais do que reconhecer o direito da parte, a atuação do sistema judicial permita-lhe usufruí-lo na sua maior amplitude possível. O interessado em participar de concurso público, mas cuja inscrição foi administrativamente indeferida, pretende que o Judiciário, mediante o manuseio do instrumento processual adequado, não apenas se manifeste expressamente sobre seu alegado direito de participação no certame, mas que também lhe assegure a realização dos respectivos exames. Acaso o pleito, conquanto reconhecido, o seja em momento posterior à realização das provas, decerto que de efetividade não se cogita, mas de decisão judicial inócua, infrutífera.

³⁰ Tanto o crédito legítimo do autor poderá restar insatisfeito pela delonga na realização de atos executórios, quando o devedor ilicitamente dilapida seu patrimônio, quanto prejudicado estará o réu judicialmente cobrado por dívida inexistente e que tem seus bens depositados sob a responsabilidade de terceiro para garantia da suposta dívida. Claro que há quem se aproveite da demora processual. Mas são situações específicas que beiram a deslealdade processual. No embate onde a resposta jurisdicional favorável é aposta de ambas as partes a demora é indesejável.

porcionais. A razoável duração não se concretiza por decisões rápidas, mas completamente inábeis para resolução do caso concreto. Portanto, celeridade não se confunde com práticas judiciais açodadas. A precipitação naturalmente não condiz com o contraditório e a ampla defesa³¹. Dos procedimentos judiciais devem ser exigidas ritualísticas compatíveis com a proteção dos direitos materiais, havendo, portanto, compromissos, eventos ou atos processuais que não podem ser desprezados, cuja supressão é inadmissível para supostamente satisfazer o pressuposto da celeridade. A disciplina mais adequada possível da situação fática não prescinde da observância de determinadas fórmulas, sob pena de violação do devido processo legal.

Mais. Também a independência judicial pode ser acometida pela afobação processual³². Como as partes, excluídas as hipóteses de má-fé ou utilização dolosa do aparato judiciário, têm interesse em julgamentos imparciais, certamente assim não poderão ser adjetivados os julgados proferidos não por juízes conscientes de que as soluções judiciais que adotam são as mais adequadas, mas por que julgaram premidos pela fugacidade, apenas atentos ao que se reputa como uma incompreensão do princípio da celeridade³³.

³¹ Marinoni, *ob. cit.*, p. 14, nota de rodapé n. 5. Assevera com propriedade Takoy: “Não é possível, na atual conjuntura do direito pós-positivista, interpretar regras ou institutos processuais sem antes atentar para sua adequação ou compatibilidade com a Constituição Federal, especialmente seus princípios fundamentais. (...) Atualmente o maior desafio do processualista é conciliar segurança do processo com a celeridade, pois a brevidade não pode comprometer o contraditório, a ampla defesa e outros princípios constitucionais” (*ob. cit.*, p. 231).

³² Indício de que a razoável duração do processo – de resto como também a imparcialidade e independência do juiz – configura desdobramento do *due process of law* está contido no § 1.º do art. 6.º da Convenção Europeia para Salvaguarda dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais, cuja redação assegura que “qualquer pessoa tem direito a que sua causa seja examinada equitativa e publicamente, num prazo razoável por um tribunal independente e imparcial, estabelecido pela lei, o qual decidirá, quer sobre a determinação dos seus direitos e obrigações de caráter civil, quer sobre o fundamento de qualquer acusação em matéria penal dirigida contra ela” (Takoi, *ibid.*, p. 227, sem grifo no original).

³³ Conforme lapidar expressão de Araken de Assis: “Nem sempre o processo rápido traduz processo justo”. (*ob. cit.*, p. 13).

Como visto no capítulo anterior, as soluções judiciais são tipicamente construídas, não decorrem de atuação automática e irrefletida do julgador. O ultrapassado bordão *iura novit curia*, representativo do juiz enquanto mero agente de repercussão dos termos legais, encontra-se ultrapassado. O juiz concretiza a norma do caso concreto – nunca é demais repetir, com esteio no sistema jurídico, não de forma arbitrária e subjetiva – por intermédio de complexos processos de construção hermenêutica. E para a adequada solução é necessário que pelo menos conheça, o mais plenamente possível, os fatos e circunstâncias que reivindicam a disciplina judicial³⁴, com ampla e ativa participação das partes³⁵, o que necessariamente envolve dispêndio de tempo.

Paradoxalmente ao que recomenda o modelo silogístico de aplicação da regra, o próprio delineamento do que venha a consistir a razoável duração do processo não dispensa o emprego de metodologias interpretativas. Cuida-se de cláusula normativa evidentemente aberta. Decerto todo e qualquer texto normativo depende de interpretação³⁶. Sem embargo é inequívoca a distinção entre termos mais ou menos precisos, mais oportunos para indicação direta do que o vocábulo procura designar. A abertura da cláusula, por conseguinte, ao que tudo indica, foi almejada pelo legislador constituinte, pois do contrário o texto constitucional empregaría a expressão “*duração legal*” ao invés de “*duração razoável*”³⁷. A utilização do primeiro importaria ao intérprete soluções categóricas, impossibilitando considerações contextuais inerentes ao caso concreto.

³⁴ Marinoni submete o preceito da razoável duração do processo à noção de “*adequada cognição do litígio*”, esta como especial exigência do *due process of law* (ob. cit., p. 16 et. seq.).

³⁵ De acordo com a conclusão de Araken de Assis: “Logo, em qualquer circunstância, o processo continuará dialético, mostrando-se inadmissível comprimi-lo a ponto de transformar a Justiça em algo instantâneo e automático” (ob. cit., p. 15).

³⁶ Não raro deparamo-nos com o falacioso axioma de que a norma clara não precisa de interpretação. Há uma inversão lógica do raciocínio: para adjetivarmos a clareza da norma, necessariamente é preciso antes interpretá-la. Nesse propósito, a categórica afirmação de Carlos Maximiliano: “Não raro os brocardos já se acham destituídos de valor científico (exemplo — *in claris cessat interpretatio*), ou, pelo menos, são falsos e inexatos na sua generalidade forçada, em desacordo com a origem”. (MAXIMILIANO, Carlos. *Hermenêutica e Aplicação do Direito*. 19. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2003, p. 196).

³⁷ Marinoni, ob. cit., p. 19.

Há, portanto, uma plêiade significativa de fatores que atuarão como premissas ou pressupostos diferenciais à concreção da “*duração razoável*”, tais como a natureza do processo (cognitivo, executório, cautelar, especial), a condição econômica da parte (tratando-se de hipossuficiente, as custas podem ter que ser adiantadas pelo estado, mediante procedimentos específicos de pagamento, comparativamente mais morosos em relação ao simples adiantamento das custas por aqueles que podem antecipá-las), o objeto postulado ou a matéria controversa (v.g., direito eleitoral, direito de saúde, direito criminal, definição de marca ou patente, inventário), condizente com a maior ou menor complexidade da causa, bem como o comprometimento das partes³⁸.

Enfim, o conceito de razoável duração depende da apreciação dessas variáveis do caso concreto. E sempre estará imbricada a necessidade de observância do devido processo legal. A recomendação constitucional de razoável duração do processo não determina que sejam excedidas ou descartadas fórmulas jurídicas tão-somente para obtenção de julgamento rápido, ou que seja subvertida, com esse mesmo propósito, a atuação judicial refletida e independente. Em atenção aos princípios do contraditório e da ampla defesa, uma vez disponibilizados os elementos que permitam ao juiz a construção da resposta mais adequada à solução do conflito, por certo que se há de estabelecer tempo razoável para o julgamento. Lapso este que não pode ser excessivo, é evidente, mas que precisa ser suficiente.

4 AS METAS TEMPORAIS DE JULGAMENTO

A razoável duração do processo atua como importante parâmetro na condução das demandas judiciais. No entanto, não se confunde com afogadilho, mesmo por que atua em conjunto com outros mandamentos de estatura constitucional, como os da ampla defesa e do contraditório, sem jamais descurar as particularidades do caso concreto. Reclama aplicação tópica, consoante almejado pelo legislador constituinte, circunstância indicativa da impropriedade de disciplinamentos prévios e gerais que desatendam não apenas os demais comandos constitucionais, como também e especialmente as especificidades dos fatos julgados.

³⁸ Takoi, *ob. cit.*, p. 237.

A par dos fatores antes examinados acerca das diferenciações que devem ser consideradas, como por exemplo a natureza ou a complexidade da demanda e o burocrático e formalista sistema processual, há outros que ocasionam de forma indesejada o retardamento das apreciações judiciais. Neste plano se incluem a carga excessiva de trabalho dos magistrados³⁹ e a incapacidade de gerir e utilizar adequadamente as ferramentas disponíveis para otimização do processo⁴⁰. As recentes metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça⁴¹ têm por objetivo debelar os primeiros, mas, estabelecidas de forma genérica, podem desconsiderar os demais.

A Meta 2 do CNJ preconizou, para o ano de 2009, a identificação dos processos judiciais mais antigos e adoção de medidas concretas para o julgamento de todos aqueles distribuídos até 31/12/2005⁴². Já para o ano de 2010, consistiu no julgamento de *“todos os processos de conhecimento distribuídos em primeira, segunda e instâncias superiores até 31 de dezembro de 2006. No caso dos tribunais trabalhistas, eleitorais, militares e do júri, prazo é até 31 de dezembro de 2007”*⁴³.

³⁹ A carga excessiva de trabalho por vezes decorre de irrefletidas distribuições territoriais e de matéria, tornando certas subseções judiciárias, comarcas, turmas e câmaras mais atraentes por conta de movimentações processuais reduzidas em comparação a outros órgãos judiciais. Em muitos casos, quando da criação e instalação desses órgãos, não são averiguados, para fins de melhor distribuição do trabalho, caracteres específicos das comunidades, como a maior ou menor disposição de litigância judicial, situação que englobaria a análise detida de fatores econômicos, educacionais, históricos, etc.

⁴⁰ A ferramenta da informática, exemplificativamente, ainda não é utilizada conforme suas amplas possibilidades. O processo eletrônico, é realidade apenas para alguns tribunais. Em alguns casos sequer há compartilhamento eletrônico de informações, como a disponibilidade interna de dados entre os próprios órgãos judiciários ou junto a outros organismos como Receita Federal, departamentos de trânsito, delegacias de polícia, etc.

⁴¹ Ultrapassa os limites deste trabalho discutir a pertinência ou mesmo a constitucionalidade das deliberações do Conselho Nacional de Justiça – CNJ. Não passa despercebido, entretanto, que não está descartada a possibilidade de controle do estabelecimento de metas temporais por indevida interferência no Judiciário, especialmente quando essas medidas ultrapassam o campo de disciplina administrativa para intervir na atuação jurisdicional, consoante sinalizou o Supremo Tribunal Federal – STF por ocasião do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade 3.367/DF (ADIN 3.367, Tribunal Pleno, Rel. Min. CEZAR PELUSO, julg. 13/04/2005, D.J.U. 22/09/2006).

⁴² <http://www.cnj.jus.br/index.php?Itemid=963> (consulta em 04/02/2011).

⁴³ <http://www.cnj.jus.br/estrategia/index.php/tribunais-tem-10-metas-para-cumprir-em-2010/> (consulta em 04/02/2011).

Indubitavelmente as metas de cumprimento constituem valioso instrumento na dissecação dos problemas intestinos que embaraçam a condução da atividade última do Poder Judiciário. Com o levantamento dos setores mais insensíveis à razoável duração do processo, é permitido extrair uma radiografia das insuficiências e imperfeições, ensejando composições e concertos onde se façam necessários ou mais urgentes.

Mas mesmo que objetivem esse autoconhecimento, possibilitando identificar os focos de comprometimento e eventualmente debelá-los, ainda neste campo pode restar desatendido o preceito constitucional que estabelece a razoável duração. Isso por que na prática as metas determinam preferências para o julgamento de processos a priori considerados em atraso, estimulando ainda que de forma subjacente, a desconsideração daqueles processos não enquadrados nas exigências temporais.

Um exemplo hipotético pode aclarar o raciocínio. O magistrado que trabalha nos seus limites, sem o acréscimo de auxiliares ou ferramentas aptas, somente poderá atender as exigências das metas temporais de cumprimento dedicando-se aos processos nelas enquadrados, logo, renunciando provisoriamente aos demais. Pois vencidas aquelas metas iniciais, será necessário empenhar-se no julgamento dos processos antes desdenhados. Enquanto isso, acaso nenhuma outra medida seja empregada, provavelmente se defrontará com outros processos cujos julgamentos serão protelados até que sejam inseridos em futura meta temporal. Instaura-se, assim, um círculo vicioso, longe de ser apresentada qualquer solução definitiva.

De outro lado, genericamente estabelecidas, as metas temporais de cumprimento desconsideram as inerentes diferenças entre os processos. Mesmo aqueles em que exista identificação de espécie estão sujeitos a intercorrências que afetam o respectivo tempo de andamento. Dois pedidos diversos de auxílio-doença, formulados por indivíduos distintos perante o mesmo juízo, podem exigir, para formação do convencimento do juiz, a realização de perícias com profissionais de especialidades diversas. É possível que um desses profissionais esteja disponível para atendimento imediato, enquanto o outro, somente em alguns meses. Duas ações penais, instauradas na mesma data para julgamento, de crimes de roubo, podem ser julgadas em períodos absolutamente distintos porque numa delas o réu se encontra preso, enquanto na outra o denunciado reside em subseção federal ou comarca distinta daquela em que tramita a ação, exigindo a expedição de cartas precatórias. Embora essas distinções pareçam óbvias, são imprevisíveis pelas metas de cumprimento.

Se, com relação aos processos que tratam de questões similares, incidirão fatores que determinam tratamentos diferenciados, decerto é mais acentuada a distinção quando o juiz se depara com processos discrepantes. Em tese, uma complexa ação penal de um crime de lavagem de dinheiro exigirá muito maior tempo de apreciação que outra inaugurada por denúncia que imputa lesões corporais leves⁴⁴. Uma ação civil pública atinente a danos ambientais não deve ser disposta no mesmo patamar que um pedido indenizatório por danos morais em decorrência da inscrição indevida do autor em órgãos de proteção ao crédito.

Mas há outro aspecto relacionado às metas de cumprimento que estampa uma inegável contradição. As metas têm por objetivo diminuir o tempo de julgamento de determinados processos, porém, sua implementação, em contrapartida, poderá atingir exatamente aquelas demandas onde a questão tempo atua de forma mais realçada. Há processos cuja urgência é intrínseca. A desconsideração da premência pode tornar ineficaz a resposta jurisdicional. É natural que um *habeas corpus* cujo paciente se encontra preso reivindique preferência no julgamento. É amplamente reconhecida prioridade aos processos em que há risco de perecimento de direito ou à liberdade em contraste àqueles que não apresentam situação de periculosidade iminente⁴⁵. Se a atenção do julgador, por força das metas de cumprimento, é dirigida preferencialmente aos processos que apresentam maior tempo de tramitação, considerando objetivamente que a

⁴⁴ Conforme o art. 129, *caput*, do Código Penal a pena cominada é de detenção de três meses a um ano. Enquadra-se, portanto, no conceito de *infração de menor potencial ofensivo* (art. 61 da Lei n. 9.099/95, com redação determinada pela Lei n. 11.313/2006), regendo-se, no que couber, pelo instituto da *transação penal* (art. 76 da Lei n. 9.099/95) ou, subsidiariamente, pelo regime da suspensão condicional do processo (art. 89 da Lei n. 9.099/95). O tratamento simplificado estatuído por lei ordinária demonstra o quão distintamente devem ser analisadas judicialmente as infrações penais, mormente em razão da maior ou menor relevância do bem jurídico tutelado.

⁴⁵ A propósito, lê-se no art. 156 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça – STJ: “Em caso de urgência, o relator indicará preferência para o julgamento dos feitos criminais, de ações cautelares e de ações relativas a direito de família”. A Resolução n. 449, de 02 de dezembro de 2010, regulamenta o Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal no que tange ao regime de plantão. E consoante seu art. 5.º a atuação da Corte nesses casos está reservada apenas à apreciação de *habeas corpus*, mandados de segurança, comunicações de prisão em flagrante, pedidos de liberdade provisória, pedidos de decretação de prisão preventiva ou temporária e de busca e apreensão ou medida assecuratória.

força de trabalho esteja apta a atuar seletivamente⁴⁶, restarão desprezados aqueles que reclamam julgamentos mais céleres.

A partir desse cenário é procedente a afirmação de que as metas podem influenciar negativamente na prestação jurisdicional. Entretanto, o influxo negativo não se limita a desatender peculiaridades operacionais. A perseguição por resultados pode desconsiderar aspectos relativos à própria construção da resposta jurisdicional. O acréscimo quantitativo traduzido pelo aumento do número de julgados pode ser inversamente proporcional à necessária qualidade destes mesmos julgamentos. E o termo qualidade, *hic et nunc*, está relacionado à prestação judicial mais adequada à resolução do caso concreto.

Imprescindível rememorar aqui o tópico referente à construção das decisões judiciais. Superada a recomendação de utilização mecânica do método silogístico, próprio do positivismo jurídico de matriz romano-germânica, o juiz além de auferir adequadamente os fatos que estão colocados na arena do processo, precisa ponderar, conjuntamente às partes, acerca da norma a ser aplicada ao caso concreto. E uma vez eleita é necessário justificar essa solução, pois com a motivação permitirá à sociedade avaliar os acertos e desacertos da resolução entabulada.

Há três desdobramentos derivados da desconsideração dessas premissas que legitimam democraticamente a atividade judicial. Primeiro, as metas transmitem a ideia, pelo menos àqueles pouco afeiçoados à realidade do direito, de que a função judicial é um trabalho autômato e, por isso mesmo, autorizando a substituição dos magistrados por outras forças de atuação⁴⁷. De outro lado, o cumprimento de metas, enquanto

⁴⁶ Assim como o orçamento público é limitado, não se pode olvidar que a mão-de-obra especializada também o é. Isso sem descartar contingências como adoecimentos e consequentes afastamentos dos juizes ou servidores, para os quais tem contribuído sensivelmente a excessiva carga de trabalho. Não é incomum, nessas circunstâncias, a incidência de estresse ou de lesões por esforço repetitivo – LER.

⁴⁷ A compreensão acerca do alcance desse desdobramento necessariamente ingressaria nos domínios da filosofia política, extrapolando os estreitos limites deste despretenso ensaio. Entretanto é manifesto que afeta um dos pilares do estado democrático de direito. Não se nota, nas construções que envolvem este conceito, a dispensa do Judiciário independente. Pois a compreensão social de que a atividade judicial é mecânica e não deliberada conduz ao entendimento de que o Judiciário é dispensável.

finalidade última da atividade judicial, em detrimento da efetiva tutela do bem jurídico, pode resultar num emprego apenas paliativo do contraditório, satisfazendo-se com o cumprimento de fórmulas e desconsiderando a exigência de participação ativa das partes na resolução do processo. Ao final, de maneira mais acentuada, também pode ocasionar flagrante déficit de fundamentação.

Estes seriam fatores *objetivos* relacionados à qualidade da resposta jurisdicional. Mas há outro aspecto que deve ser examinado, agora de caráter *subjetivo*. O vácuo decorrente da ausência de especificação, nos normativos que estabelecem as metas de cumprimento, de quais serão as consequências impostas aos magistrados que as descumprirem pode embaraçar a atuação independente do magistrado⁴⁸.

É autorizado supor que o juiz que não cumprir as metas possa ser estigmatizado com adjetivações ofensivas como a de indolente, expondo injustificadamente a atuação judicial⁴⁹, ou quiçá formalmente punido. Mesmo ante a ausência de punição expressa, não é possível assegurar que esse desaire não seja considerado, por exemplo, para fins de promoção ou remoção⁵⁰.

Ademais, as metas, ainda no campo subjetivo, colocam o juiz em situação delicada, pois transmitem à sociedade a mensagem de que são elas perfeitamente alcançáveis. Essa expectativa confrange o juiz de

⁴⁸ Note-se que nos normativos do Conselho Nacional de Justiça – CNJ acerca das metas temporais de julgamento não há qualquer referência acerca das consequências de eventual descumprimento, de como serão avaliadas as justificativas apresentadas ou de a quem incumbirá essa análise.

⁴⁹ A independência, nesse sentido, pode ser furtivamente atingida não pela imposição de exigências ou sanções por órgãos administrativamente superiores, mas de casual sentimento emulativo de classe, que pode estigmatizar o juiz que não cumpriu as metas.

⁵⁰ A despeito da ausência de disciplina expressa nos normativos que tratam de estabelecer as metas temporais de julgamento, não se descarta a priori o estabelecimento de punições de forma categórica ou subliminar. O não cumprimento das metas pode ser anotado na ficha funcional do magistrado, sendo utilizada a informação para avaliação da pertinência de pedido de promoção por merecimento ou designação de alguma função específica. Tampouco se pode desconsiderar a possibilidade de aplicação de penas disciplinares como a de advertência ou a de censura (artigos 42, incisos I e II, 43 e 44 da Lei Orgânica da Magistratura Nacional – LOMAN, Lei Complementar n. 35/1979).

julgar o mais rápido possível – em claro detrimento da qualidade da prestação jurisdicional –, sob pena de restar estereotipado pela sociedade como lerdoso ou profissionalmente desleixado.

É possível, nessa linha de consideração, que esse fator de ordem subjetiva desencadeie respostas judiciais não correspondentes às exigências do estado democrático de direito. Premido pelo tempo, o juiz pode se sentir psicologicamente impingido a empregar soluções rápidas e aparentemente fáceis⁵¹, porém ao seu sentir não adequadas à resolução do caso concreto, justamente para cumprir com as metas temporais⁵².

Tecidas essas considerações, observa-se que a exigência de cumprimento de metas pode atuar subliminarmente em prejuízo da *independência interna* e da *psicológica*, ambas manifestações da independência judicial como requisito de atuação do estado democrático de direito.

Embora não haja ações voltadas a compelir o juiz a julgar desta ou daquela forma, em favor de A ou de B, as metas pressionam a julgar incontinentemente, sem a devida apreciação do caso concreto. A independência se consolida na medida em que o juiz atua extraindo do sistema a

⁵¹ Basta referir à prática ordinária de invocar precedentes. É óbvio que tal ferramenta constitui importante elemento de otimização da atividade judicial especialmente na solução de lides similares. Ademais é elemento que atenta ao princípio da segurança jurídica. Entretanto, a cautela é necessária, sob pena de universalização de situações fáticas completamente diversas. Por exemplo, a jurisprudência pode solidificar o entendimento de que os portadores de HIV cumprem o requisito da incapacidade para titulação de benefício assistencial. Mas parece que essa solução não é a mais adequada no que tange aos portadores assintomáticos e que não apresentam quaisquer restrições para o exercício de sua atividade profissional. Mas é possível que essa exceção ao entendimento geral também deva ser excepcionada. Basta imaginar o portador de HIV residente em comunidade pequena e conservadora, a qual, conhecedora da circunstância, resiste em disponibilizar algum emprego ao portador, embora plenamente capacitado. Apesar de valiosas as construções pretorianas, fato é que, assim como as regras e os princípios, precisam ser ponderadas no caso concreto. Pretensões de generalidade terminam por olvidar as peculiaridades da situação fática, o que conduz à adoção de soluções inábeis à composição da lide.

⁵² Há o senso comum de que ao juiz não é dado recalcitrar. Afinal a aprovação nos concursos públicos para o exercício do cargo pressupõe amplo conhecimento do direito positivo. Todavia, esse raciocínio parte da equivocada premissa de que o direito se identifica com a lei.

resposta que entenda mais adequada a solver o caso concreto. Se o faz de forma impaciente, ainda que reflexamente a *independência interna* está sendo afetada. E isso no cumprimento de metas estabelecidas, imaginada a atuação piramidal do Judiciário que coloca o Conselho da Justiça Federal – CJF administrativamente no seu topo, horizontalmente de cima para baixo, sem qualquer discussão prévia acerca dos seus contornos e alcance.

Paralelamente, a *independência psicológica* pode ficar afetada na medida em que o juiz, premido pelo tempo, vê-se na necessidade de julgar de uma vez. Não há a pressão dirigida ao julgamento da forma A ou B, mas o impulso por um julgamento que não condiz com aquele que o juiz proferiria acaso livre dos estigmas decorrentes do descumprimento das metas de cumprimento⁵³.

A elaboração de decisões imparciais não é operação de fácil desenvolvimento. Requer apreciação ponderada de todas as circunstâncias do processo e reflexão acerca da solução mais adequada. Esse envolvimento não se dá sem perda de tempo do juiz na análise do processo. Certamente que a automática invocação de regra ou de precedente, por vezes sequer diretamente relacionados à questão, pode por fim ao processo, mas não contempla a independência judicial, como tampouco outras orientações de importância constitucional.

⁵³ A respeito, a preciosa construção de Boaventura: “Nesse movimento em que os objectivos da reforma judicial são adensados, é necessário evitar que os propósitos de aperfeiçoamento do sistema judicial brasileiro sejam dominados, tão somente, pelo ideal de celeridade processual. Deve-se ter em mente que, nalguns casos, uma justiça rápida pode ser uma má justiça. E, portanto, não podemos transformar a justiça rápida num fim em si mesmo. Aliás, a justiça tende a ser tendencialmente rápida para aqueles que sabem que, previsivelmente, a interpretação do direito vai no sentido que favorece os seus interesses. Uma interpretação inovadora, contra a rotina, mas socialmente mais responsável, pode exigir um tempo adicional de estudo e de reflexão” (*ob. cit.*, p. 27). Mais adiante, alerta o sociólogo lusitano: “A imposição da rapidez levá-lo-á [o magistrado] à rotina, a evitar os processos e os domínios jurídicos que obriguem a decisões mais complexas, inovadoras ou controversas” (*idem*, p. 81).

A repetição, ademais, estagna o direito, mantendo posturas conservadoras e acríticas⁵⁴. Obviamente que não se exige do juiz posições individualizadas a todo o momento por questões de interpretação legal já aparentemente dimensionadas pela jurisprudência. Mas não é possível descuidar que mesmo as situações que exigem resposta consolidada demandam algum tipo de apreciação judicial que não dispensa atuação refletida e cuidadosa, em atenção ao constante dinamismo constitucional.

Esboçado esse panorama geral, é validado afirmar que, embora as metas tenham por propósito inicial atuar como elemento de otimização do processo, sem o devido cuidado, poderão interferir na independência judicial, sem que sequer concretamente esteja-se de fato atendendo ao princípio da razoável duração do processo. Aliás, parece corroborar essa ilação a circunstância de o Conselho Nacional de Justiça – CNJ ter, para o ano de 2011, substituído as metas temporais por outra de conteúdo quantitativo⁵⁵.

⁵⁴ Há de ser reconhecido o natural viés conservador do Judiciário, conforme expressa Faccini: “Por fatores os mais diversos, acontece frequentemente que os juízes apresentem um comportamento politicamente conservador. Acreditamos que isso se deva especialmente à formação profissional dos juristas. O direito é uma ciência que possui maiores características de conservação do que de transformação, procura mais a manutenção da ordem do que a introdução de experimentações sociais. Os juristas aprendem seu mister, desde os primeiros anos, com o uso de textos jurídicos, não sendo quase nunca sensibilizados a observar contextos sociais. São instruídos a olhar para trás (possuem a lanterna na popa), em busca de soluções jurídica pré-dadas, sem que sejam treinados a observar atentamente a sociedade ao seu redor, compreendendo sua dinâmica, nem muito menos são incentivados a planejar o futuro. Tudo isso reforça seu caráter mais conservador” (*ob. cit.*, p. 131). Decerto a superação da metodologia positivista tem permitido respostas judiciais condizentes com as exigências do caso concreto. Porém esse processo tem sido malogrado na medida em que o juiz se vê premido à repetição de regras positivas ou precedentes. Não há renovação, mas mera repetição, o que termina por engessar as decisões e reforçar a ideia de conservadorismo judicial.

⁵⁵ Estabelece a Meta 3: “*Julgar quantidade igual a de processos de conhecimento distribuídos em 2011 e parcela do estoque com acompanhamento mensal*”. http://www.cnj.jus.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13068&Itemid=1279 (consulta em 04/02/2011).

CONCLUSÕES

A inquietação decorrente da demora processual é inquestionável. Afeta não apenas os jurisdicionados, mas todos os operadores jurídicos, em especial os magistrados. Torna ineficiente a prestação jurisdicional, acarretando, assim, o descrédito do Poder Judiciário. Por isso, deve ser enfrentada com rigor. Para isso é indispensável identificar as reais causas do problema. E antes de compreender as questões pontuais que acarretam a delonga na tramitação judicial, é preciso contextualizar a reivindicação por celeridade, observar se o que é pejorativamente qualificado de demora não configura depreciação de atributo intrínseco à atividade judicial.

Numa sociedade orientada para o consumo e para a permanente exibição midiática, quando o menos importante é a qualidade do consumido ou exibido, decerto que a atividade jurisdicional não permanece alheia a essa realidade. Como não poderia ser diferente, suscetível à transformação do espaço social, onde a política desabitua-se do papel de protagonista para exercer uma função periférica, há que se perquirir sobre as atribuições do Judiciário. Será preciso que se enquadre nesse modelo de convivência pública superficial ou que persevere na preservação da dignidade do jurisdicionado? Acaso escolhida a segunda alternativa, o futuro de enfrentamento de forças por vezes não identificadas é evidente.

Será preciso que o magistrado resista ao entulho de ideias antecipadamente formatadas, entenda que a realidade supera em muito a rede de conceitos preconcebidos, compreenda que exerce importante função social, enquanto a sociedade precisará perceber que a atividade judicial não deve se conformar a categorias impostas irrefletidamente, como se a realidade pudesse ser acondicionada a fórceps em embalagens previamente dispostas para consumo imediato. Não se pratica Justiça como se atuasse numa linha de produção fordista.

A submissão do magistrado a arrogantes dogmatismos contribui para a manutenção desse estado em que se privilegia o *ter* em detrimento do *ser*, a *mercadoria* em prejuízo do *sujeito*. O juiz pode conformar-se à *teoria do medalhão machadiana*, desenvolver a “arte de pensar o pensado”⁵⁶, submeter-se à ordem do progenitor simbólico que entoa o

⁵⁶ ASSIS, Machado de. Teoria do Medalhão. In *Papéis Avulsos*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2011, p. 104.

“proíbo-te que chegues a outras conclusões que não sejam as já achadas por outros. Foge a tudo que possa cheirar a reflexão, originalidade, etc., etc.”⁵⁷. Ou pode dispor-se a preservar sua independência.

As metas temporais de julgamento também não se furtam a essa eleição. Dependendo de como utilizadas podem servir a um propósito desprezando o outro. Acaso voltadas para satisfação de exigências plasmadas em retóricas vazias, mais apropriadas ao enriquecimento das biografias daqueles poucos interessados na atuação independente e eficiente do Poder Judiciário, por certo que o interessante será a produção. Relevantes serão as estatísticas. Por outro lado, se as metas são pensadas para a finalidade de auxiliar o Judiciário na identificação das causas da morosidade, sem que para isso sejam ultrapassadas garantias constitucionais, certamente não haverá motivos para aversão. O indiscutível é que a celeridade não pode ser buscada a qualquer custo.

Em uma de suas invariavelmente profícuas exposições, José Carlos Barbosa Moreira apresentou alguns mitos relacionados à morosidade judicial. E com a clareza e elegância que lhe são peculiares o eminente processualista cuida de desmascará-los⁵⁸. O primeiro mito é de que se trata de contratempo exclusivamente brasileiro, quando em verdade é constatado em outros sistemas jurídicos, inclusive os anglo-saxões. O segundo é o da ingênua compreensão de que todos os litigantes clamam por celeridade. O terceiro é o de imputar à legislação a mais acentuada responsabilidade pela situação, descurando do significativo crescimento populacional sem projeção na necessária expansão proporcional do Poder Judiciário. Quanto ao mito derradeiro, reputado o mais perigoso, é conveniente transcrever as palavras do professor:

Consiste em hiperdimensionar a malignidade da lentidão e sobrepor-lá, sem ressalvas nem matizes, a todos os demais problemas da justiça. Para muita gente, na matéria, a rapidez constitui o valor por excelência, quicá o único. Seria fácil invocar aqui um rol de citações de autores famosos, apostados em estigmatizar a morosidade

⁵⁷ *Idem*, p. 110.

⁵⁸ MOREIRA, José Carlos Barbosa. O Futuro da Justiça: alguns mitos. *Revista Jurídica*. Porto Alegre, a. 49, n. 282, abr./2001, p. 20 *et. seq.*

processual. Não deixam de ter razão, sem que isso implique – nem mesmo, quero crer, no pensamento desses próprios autores – hierarquização rígida que não reconheça como imprescindível, aqui e ali, ceder o passo a outros valores. Se uma Justiça lenta demais é decerto uma Justiça má, daí não se segue que uma Justiça muito rápida seja necessariamente uma Justiça boa. O que todos devemos querer é que a prestação jurisdicional venha a ser *melhor* do que é. Se para torná-la melhor é preciso acelerá-la, muito bem; não, contudo, a qualquer preço⁵⁹.

BIBLIOGRAFIA

ALEXY, Robert. *Teoria da Argumentação Jurídica*. São Paulo: Landy, 2001. 355 p.

_____. *Teoria de los Derechos Fundamentales*. Reimp. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2002. 607 p.

ASSIS, Araken de. Duração razoável do processo e reformas da lei processual civil. *Revista Jurídica*. Porto Alegre, a. 56, n. 372, p. 11-27, out./2008.

ASSIS, Machado de. Teoria do Medalhão. In *Papéis Avulsos*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2011. p. 99-111.

ÁVILA, Humberto. *Teoria dos Princípios: da definição à aplicação dos princípios jurídicos*. 3.ed. São Paulo: Malheiros, 2004. 142p.

COSTA, Gerson Godinho da. O princípio constitucional do contraditório como pressuposto de legitimação da atividade jurisdicional. In: HIROSE, Tadaaki; SOUZA, Maria Helena Rau de. *Curso Modelar de Direito Processual Civil*. São Paulo: Conceito, 2011. p. 13-37.

FACCHINI NETO, Eugênio. O Poder Judiciário e sua Independência: uma abordagem de Direito Comparado. *Direitos Fundamentais & Justiça*. Porto Alegre, a. 3, n. 8, p. 121-149, jul.-set./2009.

GAUER, Ruth Maria Chittó. Da Diferença Perigosa ao Perigo da Igualdade: reflexões em torno do paradoxo moderno. *Civitas – Revista de Ciências Sociais*. Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 399-413, 2005.

⁵⁹ *Idem*, p. 22.

LARENZ, Karl. *Metodologia da Ciência do Direito*. 2. ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2000. 620p.

MARINONI, Luiz Guilherme. Direito fundamental à duração razoável do processo. *Revista Jurídica*. Porto Alegre, a. 57, n. 379, p. 11-27, mai./2009.

MAXIMILIANO, Carlos. *Hermenêutica e Aplicação do Direito*. 19. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2003. 342p.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. O Futuro da Justiça: alguns mitos. *Revista Jurídica*. Porto Alegre, a. 49, n. 282, p. 19-26, abr./2001.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Para uma Revolução Democrática da Justiça*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008. 122p.

_____. *Um Discurso sobre as Ciências*. 14.ed. Porto: Afrontamento, 2003. 66p.

SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. 29. ed. São Paulo: Malheiros, 2007. 928p.

STRECK, Lenio Luiz. Súmulas, Vaguezas e Ambiguidades: necessitamos de uma “teoria geral dos precedentes”? *Direitos Fundamentais & Justiça*. Porto Alegre, a. 2, n. 5, p. 162-185, out.-dez./2008.

TAKOI, Sérgio Massaru. A luta pela razoável duração do processo (efetivação do art. 5.º, LXXVIII, da CF/1988). *Revista de Direito Constitucional e Internacional*. São Paulo, a. 18, n. 70, p. 225-238, jan.-mar./2010.